

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis	
Balanço Patrimonial.....	2
Demonstração do Resultado do Exercício.....	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	6
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	9

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

A T I V O			
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		VARIÇÃO
	2005	2004	%
CIRCULANTE			
Disponibilidades	1.619	1.491	9
Aplicações no mercado aberto	265.047	197.700	34
Concessionárias	25.704	42.727	(40)
Impostos a recuperar	17.442	24.745	(30)
Aquisição de combustível a recuperar - CCC/CDE	5.618	5.631	(0)
Almoxarifado	16.425	15.610	5
Despesas pagas antecipadamente	2.533	1.453	74
Outros créditos	1.816	3.016	(40)
	336.204	292.373	15
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Concessionárias	4.422	2.686	65
Impostos a recuperar	4.955	4.727	5
Depósitos vinculados a litígios	4.931	4.493	10
	14.308	11.906	20
PERMANENTE			
Imobilizado			
Em serviço	382.963	381.238	0
Em curso	38.977	61.237	(36)
	421.940	442.475	(5)
TOTAL DO ATIVO	772.452	746.754	3

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO			
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		VARIÇÃO
	2005	2004	%
CIRCULANTE			
Fornecedores	17.895	15.621	15
Folha de pagamento	2.723	2.405	13
Tributos e contribuições sociais	11.589	9.244	25
Participações nos lucros	3.078	3.078	-
Encargos do consumidor a recolher	1.365	1.444	(5)
Obrigações estimadas	2.568	2.507	2
Provisão para aposentadoria incentivada	2.192	2.151	2
Provisão para contingências	1.331	2.257	(41)
Outros	3.363	2.108	60
	<u>46.104</u>	<u>40.815</u>	<u>13</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisão para aposentadoria incentivada	4.532	4.983	(9)
Provisão para passivo atuarial	10.321	13.775	(25)
	<u>14.853</u>	<u>18.758</u>	<u>(21)</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital realizado atualizado	868.721	868.721	-
Reservas de capital	4.436	4.436	-
Prejuízo acumulado	(161.571)	(185.976)	(13)
Ações próprias em tesouraria	(91)	-	-
	<u>711.495</u>	<u>687.181</u>	<u>4</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>772.452</u></u>	<u><u>746.754</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		VARIAÇÃO
	2005	2004	%
RECEITA OPERACIONAL			
Suprimento de energia elétrica	179.880	193.504	(7)
Conta de consumo de combustível - CCC/CDE	107.560	88.805	21
Outras receitas	162	161	1
	<u>287.602</u>	<u>282.470</u>	2
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
PASEP	(2.709)	(1.902)	42
COFINS	(12.421)	(8.169)	52
Quota para reserva global de reversão	(4.594)	(4.986)	(8)
	<u>(19.724)</u>	<u>(15.057)</u>	31
Receita operacional líquida	<u>267.878</u>	<u>267.413</u>	0
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(23.155)	(25.495)	(9)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(3.989)	(3.721)	7
	<u>(27.144)</u>	<u>(29.216)</u>	(7)
Custo de operação			
Pessoal	(32.733)	(29.511)	11
Entidade de previdência privada	(2.095)	(1.957)	7
Programa de participação nos resultados	(2.228)	(2.134)	4
Material	(9.418)	(10.512)	(10)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(111.436)	(98.580)	13
Serviços de terceiros	(16.636)	(20.340)	(18)
Depreciação e amortização	(48.853)	(56.190)	(13)
Outras	(4.236)	(8.633)	(51)
	<u>(227.635)</u>	<u>(227.857)</u>	(0)
Custo do serviço de energia elétrica	<u>(254.779)</u>	<u>(257.073)</u>	(1)
Resultado operacional bruto	<u>13.099</u>	<u>10.340</u>	27
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(26.480)	(25.221)	5
Programa de participação nos resultados	(850)	(944)	(10)
Total das despesas operacionais	<u>(27.330)</u>	<u>(26.165)</u>	4
Resultado do serviço	<u>(14.231)</u>	<u>(15.825)</u>	(10)
RECEITA FINANCEIRA			
Renda de aplicações financeiras	41.578	27.374	52
Juros e multas	6.322	2.911	117
Outras receitas financeiras	7	3.246	(100)
	<u>47.907</u>	<u>33.531</u>	43
DESPESA FINANCEIRA			
Encargos de dívidas	-	-	-
Contribuição provisória sobre movimentação financeira	(1.717)	(1.673)	3
Impostos e contribuições s/ a receita financeira	-	(735)	-
Outras despesas financeiras	(646)	(1.155)	(44)
	<u>(2.363)</u>	<u>(3.563)</u>	(34)
Resultado Financeiro	<u>45.544</u>	<u>29.968</u>	52
Resultado operacional	<u>31.313</u>	<u>14.143</u>	121
RECEITA NÃO OPERACIONAL			
	267	24	1.013
DESPESA NÃO OPERACIONAL			
	(31)	(16)	94
Resultado não operacional	<u>236</u>	<u>8</u>	2.850
PROVISÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Contribuição Social	(1.915)	(1.136)	69
Imposto Renda	(5.229)	(3.145)	66
	<u>(7.144)</u>	<u>(4.281)</u>	67
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	<u>24.405</u>	<u>9.870</u>	147
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações do capital social	0,022	0,009	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

ESPECIFICAÇÃO	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Ações em Tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2003	868.721	4.436	(195.846)	-	677.311
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	9.870	-	9.870
Saldo em 31 de dezembro de 2004	868.721	4.436	(185.976)	-	687.181
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	24.405	-	24.405
Aquisição de ações próprias	-	-	-	(91)	(91)
Saldo em 31 de dezembro de 2005	868.721	4.436	(161.571)	(91)	711.495

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.405	9.870
Itens que não afetam o capital circulante líquido		
Atualização monetária e encargos do realizável a longo prazo	(4.422)	(2.213)
Depreciação e amortização	49.459	56.756
Custo do permanente baixado	58	31
Provisão incentivo complemento aposentadoria	1.956	970
Provisão para contribuição ao fundo de pensão	(3.454)	(175)
Transferência de bens do ativo imobilizado para desativações em curso	-	2.531
Total das Operações	<u>68.002</u>	<u>67.770</u>
De terceiros		
Aumento do passivo exigível a longo prazo	-	1.326
Redução do ativo realizável a longo prazo	2.021	21.736
Total de Terceiros	<u>2.021</u>	<u>23.062</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>70.023</u>	<u>90.832</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No imobilizado	28.982	40.393
Redução do passivo exigível a longo prazo	2.408	1.125
Aquisição de ações próprias para manutenção em tesouraria	91	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>31.481</u>	<u>41.518</u>
Aumento/Redução do capital circulante líquido	<u>38.542</u>	<u>49.314</u>
VARIAÇÃO DO CAPIATAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADO POR:		
Capital Circulante Final		
Ativo Circulante	336.204	292.373
Passivo Circulante	<u>46.104</u>	<u>40.815</u>
	<u>290.100</u>	<u>251.558</u>
Menos - Capital Circulante Inicial	(251.558)	(202.244)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>38.542</u>	<u>49.314</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24.405	9.870
Ajustes exercícios anteriores	-	-
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Atualização monetária e encargos do realizável a longo prazo	(4.422)	(2.213)
Depreciação e amortização	49.459	56.756
Custo do permanente baixado	58	31
Provisão para aposentadoria incentivada	1.956	970
Provisão para contribuição ao fundo de pensão	(3.454)	(175)
	68.002	65.239
Indenizações por sinistro de bens do permanente	114	-
Transferência de bens do ativo imobilizado para desativações em curso	-	2.531
Variações no ativo circulante e realizável a longo prazo		
Concessionários	19.709	(4.288)
Impostos a recuperar	7.075	982
Aquisição de combustível a recuperar - CCC e CDE	13	(1.241)
Almoxarifado	(815)	(2.153)
Despesas pagas antecipadamente	(1.080)	(1.427)
Depósitos vinculados a litígios	(438)	(98)
Outros	1.200	(166)
	25.664	(8.391)
Variações no passivo circulante e exigível a longo prazo		
Fornecedores	2.274	3.076
Folha de pagamento	318	(582)
Tributos e contribuições sociais	2.345	6.052
Participações dos empregados nos lucros	-	1.467
Encargos do consumidor a recolher	(79)	86
Obrigações estimadas	61	(444)
Provisão para aposentadoria incentivada	(2.366)	(2.291)
Provisão para contingências	(926)	(882)
Provisão para contribuição ao fundo de pensão	-	-
Outros	1.255	407
	2.882	6.889
Geração operacional de caixa	96.548	63.737
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado em curso	(28.982)	(40.393)
Caixa líquido aplicado em investimentos	(28.982)	(40.393)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aquisição de ações próprias para manutenção em tesouraria	(91)	-
Geração líquida de caixa das atividades de financiamento	(91)	-
Total dos efeitos no caixa	67.475	23.344
Saldo inicial de caixa (Disponibilidades e Aplicações financeiras)	199.191	175.847
Saldo final de caixa (Disponibilidades e Aplicações financeiras)	266.666	199.191

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA			
	2005	%	2004	%
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS				
Receitas de vendas de energia elétrica	179.880		193.504	
Outras receitas operacionais	107.712		88.952	
Receitas não operacionais	267		25	
	<u>287.859</u>		<u>282.481</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos da energia comprada	(23.155)		(25.495)	
Serviços de terceiros	(22.264)		(25.304)	
Materiais	(9.993)		(10.917)	
Combustível para produção de energia	(111.436)		(98.580)	
Outros custos operacionais	(10.700)		(17.347)	
Outros custos não operacionais	(31)		(16)	
	<u>(177.579)</u>		<u>(177.659)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	110.280		104.822	
RETENÇÕES				
Quotas de reintegração	(49.459)		(56.756)	
	<u>(49.459)</u>		<u>(56.756)</u>	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	60.821		48.066	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	47.907		33.531	
Aluguéis e royalties	10		14	
	<u>47.917</u>		<u>33.545</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	108.738		81.611	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Colaboradores	44.833	41,23%	38.995	47,78%
Governo	38.353	35,27%	31.286	38,34%
Agentes financeiros (e Aluguéis)	1.147	1,05%	1.460	1,79%
Retenção de lucro/prejuízo do exercício	24.405	22,44%	9.870	12,09%
TOTAL	108.738	100,00%	81.611	100,00%

ÍNDICE

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	1
2.	DAS CONCESSÕES	1
3.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
4.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	2
5.	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	3
6.	CONCESSIONÁRIAS.....	4
7.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	5
8.	OUTROS CRÉDITOS.....	5
9.	IMOBILIZADO.....	6
10.	FORNECEDORES.....	8
11.	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8
12.	ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER.....	9
13.	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	9
14.	PROVISÃO PARA APOSENTADORIA INCENTIVADA	9
15.	DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	10
16.	PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	11
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
18.	SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	13
19.	RECEITA OPERACIONAL BRUTA – CONTA CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC E CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE	13
20.	DESPESA COM PESSOAL E COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	14
21.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	14
22.	PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	15
23.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	15
24.	PLANO DE APOSENTADORIA	16
25.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	18
26.	SEGUROS	19
27.	REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)	19
28.	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	20
29.	CONSTRUÇÃO DA FASE C – PROVIDÊNCIAS PÓS-LEILÃO.....	21
30.	BENS DA UNIÃO EM REGIME ESPECIAL DE UTILIZAÇÃO.....	22
31.	AUDITORES INDEPENDENTES	22

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), sociedade de economia mista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, atuando exclusivamente na atividade de Geração de Energia Elétrica.

Através do Ato Declaratório n.º 3, de 7 de agosto de 1997 e do Despacho de 15 de outubro de 1997, ambos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, foram transferidos para a Companhia os direitos de exploração das seguintes Usinas Termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota, Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo, e Usina da NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas concessões prorrogadas pelo prazo de vinte anos, contado a partir de 8 de julho de 1995, através da Portaria n.º 265 de 27 de julho de 1999 do Ministério de Minas e Energia. Em 13 de setembro de 2000 foi assinado, com a ANEEL, o Contrato de Concessão de Geração n.º 67/2000 cujo termo de concessão, das três Usinas Termelétricas encerrar-se-á em 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui uma potência instalada de 490 MW, cuja geração efetiva atende ao despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

2. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

<u>Usinas Termelétricas</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
UTE Presidente Médici	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE NUTEPA	24	08/07/1995	07/07/2015

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem aquelas emanadas da Legislação Societária Brasileira, as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante às principais práticas contábeis descritas na nota explicativa n.º 4.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações no mercado aberto

Estão registradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos “pró-rata die” até a data das demonstrações contábeis.

b) Concessionárias

Engloba o suprimento de energia elétrica liberado no sistema de transmissão até a data das demonstrações contábeis, sendo contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações contábeis não havia provisão constituída em razão da expectativa de que não ocorrerão perdas na realização dos referidos créditos.

d) Almojarifado

Refere-se a materiais em estoque destinados à manutenção das operações e é demonstrado ao custo médio das compras que não excede ao valor de mercado.

e) Aquisição de combustível a recuperar - CCC (Conta de Consumo de Combustível) e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)

Refere-se a valores a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás decorrentes de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da conta consumo de combustível – CCC e da conta de desenvolvimento energético – CDE.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º. 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL n.º. 2 de 24 de dezembro de 1997 e n.º. 44, de 17 de março de 1999, descritas na nota explicativa n.º. 9.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos. Da mesma forma, é permitida a alocação de custos diretos da administração geral com pessoal e serviços externos ao imobilizado e outras construções em andamento, com base em critérios adequadamente estabelecidos.

Os materiais em almojarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

g) Provisão para contingências

Reconhecida em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia.

h) Provisão para contribuição ao fundo de pensão

A Companhia mantém uma entidade específica (“Fundação Eletrocee”) para administrar os planos de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego a funcionários.

A obrigação futura estimada para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão desses funcionários é avaliada anualmente por atuários independentes, sendo registrada pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM n.º. 371 de 13 de dezembro de 2000.

i) Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data das demonstrações contábeis, quando legal ou contratualmente exigidos.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes (lucro real) e por prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, pelas alíquotas vigentes no fim do exercício.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Por força de normas do Conselho Monetário Nacional, expressas pelo Banco Central do Brasil na Resolução n.º. 2.917, de 19 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução n.º. 3.267, de 10 de março de 2005, a Companhia deve manter 100% das suas disponibilidades financeiras aplicadas em cotas de fundos, exclusivamente administrados pelo Banco do Brasil ou instituições integrantes de seu conglomerado. Assim, a Companhia mantém suas aplicações em fundo de investimento de longo prazo administrado pelo BB Administração de Ativos DTVM S.A., com liquidez diária (resgates superiores a 25% da carteira de ativos estão sujeitos a deságio, conforme o prazo de vencimento do título), denominado “BB Extramercado Exclusivo 4 Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo”, cuja carteira de investimentos deve ser constituída por no mínimo 75% de Títulos do Tesouro Nacional e o restante por CDB/RDB de emissão de instituições do conglomerado Banco do Brasil ou por operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional, cabendo à BB DTVM a gestão da carteira de ativos, a custódia dos mesmos e a responsabilidade sobre a performance do Fundo.

Em 07 de dezembro de 2005, visando garantir a participação da Companhia no leilão de energia nova n.º. 002/2005 da ANEEL realizado em 16 de dezembro de 2005, foram adquiridas 11.000 Letras do Tesouro Nacional – LTN ao valor total de R\$ 10.062, remuneradas a 17,13% ao ano e vencimento em 1 de julho de 2006. Esses títulos foram transferidos em 13 de dezembro de 2005 para a conta de garantia da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, que os manterá vinculados até a data de seu vencimento.

	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	254.877	197.145
Tesouro Nacional	Títulos Públicos (LTN)	01/07/06	10.170	-
Banco Bradesco	Garantias CCEE	Mensal	-	555
			<u>265.047</u>	<u>197.700</u>

6. CONCESSIONÁRIAS

A Companhia comercializa a energia elétrica para as concessionárias a seguir indicadas, das quais tem a receber os seguintes saldos:

<u>Concessionárias</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Curto prazo</u>		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	5.184	6.933
Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE	11.591	26.818
Rio Grande Energia S.A. – RGE	6.135	6.643
Reembolso de Energia Livre – RTE	2.747	2.286
CIEN – Companhia de Integração Energética	47	47
Total do curto prazo	<u>25.704</u>	<u>42.727</u>
<u>Longo prazo</u>		
Reembolso de Energia Livre – RTE	4.422	2.686
Total	<u>30.126</u>	<u>45.413</u>

Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2005 inclui o valor de R\$ 1.823 (R\$ 13.381 em 31 de dezembro de 2004) referente à diferença entre o faturamento de energia efetuado no exercício de 2003, conforme o Contrato de Suprimento de Energia Elétrica n.º. CGTEE-97/40.141, de 30 de setembro de 1997, que prevê a desconstrução de energia e potência à razão de 10% ao ano, e a forma da liquidação financeira acordada com a concessionária, que considerou a desconstrução à razão de 25% ao ano em 2003.

Através do processo de mediação realizado pela ANEEL, as companhias firmaram o “Termo de Ajuste ao Contrato de Suprimento de Energia n.º. CGTEE-97/40.141”, o qual estabeleceu a liquidação desses valores a partir de janeiro de 2005 até o início de 2006, quando efetivamente passou a ser registrada na CCEE a energia fornecida.

Reembolso de Energia Livre – RTE

O montante divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE) referente ao ressarcimento de Energia Livre, representava, em 31 de dezembro de 2005, R\$ 7.169 (R\$ 4.972 em 31 de dezembro de 2004). Esse ressarcimento firmado no Acordo de Reembolso de Energia Livre refere-se ao repasse dos valores homologados na Resolução ANEEL n.º. 483 de 29 de agosto de 2002 e os procedimentos operacionais para o referido repasse foram regulamentados pela Resolução ANEEL n.º. 36 de 29 de janeiro de 2003.

A Companhia, através do Ofício Circular n.º. 2.212/2005-SFF/SRE/ANEEL, efetuou a atualização dos valores correspondentes ao Reembolso de Energia Livre do Gerador, previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico, pela taxa Selic, desde 1 de janeiro de 2003 até 31 de

dezembro de 2005, conforme item 7 do ofício. O valor contabilizado em contrapartida ao resultado do exercício de 2005, na rubrica juros e multa, foi de R\$ 4.423.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Curto prazo		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	6.282	13.502
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.149	11.196
Outros	<u>11</u>	<u>47</u>
	<u>17.442</u>	<u>24.745</u>
Longo prazo		
Crédito de ICMS sobre aquisição de combustíveis e outros	<u>4.955</u>	<u>4.727</u>
	<u>22.397</u>	<u>29.472</u>

Os créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 4.955 (R\$ 4.727 em 2004) originaram-se, principalmente, das operações de compra de combustível e outros, já que o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, Art 1º do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia.

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Desativações de bens do imobilizado em curso	1.091	2.531
Adiantamento a empregados	477	383
Adiantamento a fornecedores	108	2
Clientes pelo fornecimento de cinzas	134	92
Outros	<u>6</u>	<u>8</u>
Total	<u>1.816</u>	<u>3.016</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>		
Geração		
Terrenos	921	921
Intangíveis	89	89
Reservatórios, barragens e adutoras	9.599	9.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	74.421	74.421
Máquinas e equipamentos	1.776.298	1.825.526
Veículos	2.121	1.892
Móveis e utensílios	1.183	1.169
Administração		
Intangíveis	5.220	3.757
Máquinas e equipamentos	3.093	2.593
Veículos	645	195
Móveis e utensílios	<u>591</u>	<u>264</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.874.181</u>	<u>1.920.426</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Geração		
Intangíveis	(83)	(71)
Reservatórios, barragens e adutoras	(6.548)	(6.361)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(63.248)	(62.184)
Máquinas e equipamentos	(1.413.838)	(1.463.866)
Veículos	(1.647)	(1.542)
Móveis e utensílios	(1.008)	(955)
Administração		
Intangíveis	(3.226)	(2.905)
Máquinas e equipamentos	(1.257)	(989)
Veículos	(186)	(156)
Móveis e utensílios	<u>(177)</u>	<u>(159)</u>
Total da depreciação	<u>(1.491.218)</u>	<u>(1.539.188)</u>
Imobilizado em serviço - líquido	<u>382.963</u>	<u>381.238</u>
<u>Imobilizado em curso</u>		
Geração		
Intangíveis	7.955	4.611
Máquinas e equipamentos	13.380	45.072
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.005	1.139
Material depósito	9.393	7.953
Compras em andamento	50	49
Administração		
Intangível	861	1.292
Máquinas e equipamentos	<u>2.333</u>	<u>1.121</u>
Total do imobilizado em curso	<u>38.977</u>	<u>61.237</u>
Total do imobilizado líquido	<u>421.940</u>	<u>442.475</u>

Os saldos de imobilizado em curso relativo à geração se referem principalmente aos investimentos na aquisição de equipamentos, componentes e peças para adequação e

melhorias nas unidades de geração de energia da Companhia, e o relativo à administração se refere, principalmente, à contratação de melhorias na tecnologia da informação.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Geração</u>		
UTE Presidente Médici	30.076	57.061
UTE São Jerônimo	2.589	1.511
UTE NUTEPA	3.118	252
<u>Administração</u>		
Sede	<u>3.194</u>	<u>2.413</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>38.977</u>	<u>61.237</u>

As principais taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
<u>Geração</u>	
Caldeira	5,0
Chaminé	4,0
Equipamento ciclo térmico	4,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 10,0
Intangíveis	10,0
Máquinas e equipamentos gerais	2,0 a 10,0
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0
Turbina à vapor	4,0
Veículos	20,0
<u>Administração</u>	
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0
Veículos	20,0
Intangíveis	10,0

A Companhia concluiu no mês de outubro de 2004 o processo de inventário e de revisão dos critérios de unitização e cadastramento do imobilizado em serviço, realizado anteriormente no exercício de 1999, conforme determinado pela Portaria DNAEE nº. 815, de 30 de novembro de 1994. Como resultado, a Companhia efetuou a reclassificação de alguns bens entre contas e entre unidades de cadastro – UC, afetando principalmente edificações, obras civis, benfeitorias e máquinas e equipamentos. Como decorrência dessa reclassificação a taxa anual média de depreciação dos bens das classes de imobilizado onde ocorreram os ajustes foram afetadas provocando uma variação em relação ao exercício anterior.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração são vinculados a esse serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. FORNECEDORES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fornecedores - Encargos de transmissão de energia elétrica	436	234
Fornecedores de energia elétrica - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	2.720	4.341
Materiais e serviços		
Companhia Riograndense de Mineração	4.699	5.437
Metalúrgica Usimec Ltda	1.650	1.404
Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda	1.067	23
Petrobrás Distribuidora S/A	838	-
Multitronic Comércio e Representação Ltda	758	-
Píffero Construção e Representação Ltda	498	-
Ticket Serviços S/A	433	198
Yergata Montagens e Obras Ltda	415	202
Hi Engenharia e Comércio Ltda	396	-
Outros	<u>3.985</u>	<u>3.782</u>
	<u>14.739</u>	<u>11.046</u>
Total de fornecedores	<u>17.895</u>	<u>15.621</u>

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
IRPJ	5.215	3.145
CSLL	1.915	1.136
COFINS	1.332	1.813
INSS	1.036	1.783
PASEP	289	410
FGTS	276	243
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de terceiros retidos na fonte	966	625
SESI	11	26
SENAI	77	62
ISS FONTE	77	-
Outros	<u>395</u>	<u>1</u>
TOTAL	<u>11.589</u>	<u>9.244</u>

12. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	1.292	1.376
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>73</u>	<u>68</u>
	<u>1.365</u>	<u>1.444</u>

13. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Referem-se à provisão para férias dos funcionários e respectivos encargos sociais.

14. PROVISÃO PARA APOSENTADORIA INCENTIVADA

Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 1 de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e as contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>
Complemento de aposentadoria	1.951	4.034	1.918	4.446
Contribuição à Fundação	<u>241</u>	<u>498</u>	<u>233</u>	<u>537</u>
	<u>2.192</u>	<u>4.532</u>	<u>2.151</u>	<u>4.983</u>

15. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2005		2004	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Trabalhistas	4.931	1.331	4.493	1.958
Cíveis	-	-	-	299
	<u>4.931</u>	<u>1.331</u>	<u>4.493</u>	<u>2.257</u>

Provisão para contingências trabalhistas

Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

Eventuais passivos decorrentes de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE. No entanto, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 1.331 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 1.958 em 31 de dezembro de 2004) para cobrir as perdas prováveis nas quais a Companhia poderá ter participação financeira.

Questões Ambientais

No ano de 2001, a Companhia foi notificada pelo Ministério Público Estadual – MPE, no Inquérito Civil n.º. 001/01, que trata dos danos ambientais causados pela disposição de resíduos sólidos industriais, cinzas de carvão, na área da Usina Termelétrica de São Jerônimo. As principais ações necessárias para a recuperação do dano ambiental denunciado já foram concluídas. O monitoramento ambiental na área de influência direta da Usina teve início no ano de 2004, através da contratação da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e se estendeu até a metade do ano de 2005. A Companhia está em fase de assinatura de contrato para a continuidade do monitoramento ambiental durante o ano de 2006.

Em setembro de 2005 a Companhia firmou um novo Termo de Compromisso de ajustamento com o Ministério Público Estadual visando desenvolver ações para a redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo. Este Termo de Compromisso foi assinado dentro do Inquérito Civil n.º 029/2004, de iniciativa do Ministério Público Estadual, Promotoria da Comarca de São Jerônimo. Os eventuais dispêndios relativos a este TC somente serão realizados a partir do primeiro semestre de 2007, visto que os estudos já realizados para efetivação das possíveis alterações na Planta da Usina de São Jerônimo estão ainda sob análise do Departamento de Engenharia da CGTEE, e dependem, ainda, de procedimento licitatório para sua contratação.

Informamos também, que a Companhia é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o Ministério Público Federal – MPF que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo. As ações referentes ao Inquérito do MPE, e ao TAC com o MPF e ao novo TAC firmado com o MPE não terão efeito relevante sobre a posição financeira da Companhia, sendo que os recursos necessários foram previstos no orçamento de investimentos da Companhia para o ano de 2006. Não são esperados gastos contingentes em decorrência desse assunto.

Há de se destacar, relativamente aos Inquéritos Civis supra, que o Direito Ambiental trabalha principalmente em uma perspectiva proativa. Cabe ao empreendedor garantir o desenvolvimento sustentável de seu projeto, respeitando a legislação ambiental. Ao Ministério Público e aos órgãos ambientais oficiais (FEPAM e IBAMA) cabe o controle e a fiscalização da legislação e dos empreendimentos, através de vários expedientes: Licenciamento Ambiental, Monitoramento, Vistorias, Termos de Compromisso e, inclusive, a Ação Civil Pública, que pode decorrer de um Inquérito Civil. Todavia, como a essência da ação ambiental é assegurar o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente, as ações contenciosas ou punitivas (advertências e multas) são as últimas instâncias de quaisquer procedimentos dos órgãos de controle. Assim, a CGTEE tem mantido negociações, principalmente com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, visando adequar sua conduta ao bom desempenho de seus empreendimentos, principalmente, com relação a Usina de São Jerônimo. Tais tratativas estão sendo realizadas a contento, com a atuação proativa desta Companhia, que vem cumprindo suas obrigações dentro dos cronogramas fixados nos Inquéritos e nos Termos de Compromisso firmados com o MP. Desta forma, além de se evitar uma eventual Ação Civil Pública, não se vislumbram gastos financeiros maiores, além dos que já estão previstos no orçamento para o corrente exercício e no Plano Plurianual.

Em 19 de julho de 2005 a Companhia recebeu dois Autos de Infração e respectivas multas, emitidos pelo IBAMA, referentes a inconformidades na Usina Presidente Médici apontadas pelos técnicos daquele Instituto, como segue:

- AI nº. 526763 D - referente às condicionantes da Licença de Operação nº. 057/99; e
- AI nº. 526764 D - referente ao lançamento de resíduos ou efluentes em desacordo com o padrão.

Com relação a esses autos de infração, a Companhia protocolou recurso administrativo no IBAMA, primeiro, com base na legislação aplicável, requerendo a anulação do Auto e segundo, recorrendo do mérito das infrações apontadas. A Companhia apresentou ainda requerimento para que nos termos do parágrafo 4º. do artigo 72 da Lei 9.605/98, sejam as multas convertidas em investimentos na adequação ambiental da Usina Presidente Médici, inclusive já previstos no orçamento futuro da Companhia, PPA 2005-2009. A administração da Companhia, com base no parecer do departamento jurídico da Companhia, acredita no sucesso das medidas administrativas tomadas, e permanece no aguardo de manifestação do IBAMA. Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações contábeis já que a administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto.

16. PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei nº. 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º. que “as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento”. A Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº. 9.991, estabelecendo em seu artigo 12º, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Com relação aos dispêndios previstos para pesquisa e desenvolvimento referentes ao Ciclo de 2001/2002, a Companhia realizou 98,78% do valor provisionado, para o Ciclo 2002/2003 realizou 98,93%, para o ciclo 2003/2004 realizou 59,32%, e para o ciclo 2004/2005 a Companhia realizou 20,68% do total provisionado, realização esta que se iniciou em julho de 2005.

Relacionamos a seguir a situação em 31 de dezembro de 2005, cujo saldo está incluído na rubrica outras obrigações no passivo circulante.

Ciclo 2004/2005	<u>Valores provisionados</u>	<u>Valores realizados</u>	<u>Saldo em 31/12/05</u>
FNDCT	888	444	444
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	888	15	873
Contribuição MME	<u>444</u>	<u>-</u>	<u>444</u>
	<u>2.220</u>	<u>459</u>	<u>1.761</u>

Ciclo 2003/2004	<u>Valores provisionados</u>	<u>Valores realizados</u>	<u>Saldo em 31/12/05</u>
FNDCT	697	697	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	697	337	360
Contribuição MME	<u>349</u>	<u>-</u>	<u>349</u>
	<u>1.743</u>	<u>1.034</u>	<u>709</u>

Ciclo 2002/2003	<u>Valores provisionados</u>	<u>Valores Realizados</u>	<u>Saldo em 31/12/05</u>
FNDCT	779	779	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	<u>812</u>	<u>795</u>	<u>17</u>
	<u>1.591</u>	<u>1.574</u>	<u>17</u>

Ciclo 2001/2002	<u>Valores provisionados</u>	<u>Valores realizados</u>	<u>Saldo em 31/12/05</u>
FNDCT	780	780	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	<u>860</u>	<u>840</u>	<u>20</u>
	<u>1.640</u>	<u>1.620</u>	<u>20</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social

O capital social totalmente integralizado é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	1.126.273.715	99,940
Antônio Carlos da Silva Estevão	183.256	0,016
Júlio Cesar Schneider Marques	105.971	0,010
Aldo Sani	59.608	0,005
Outros	175.487	0,016
Ações em tesouraria	<u>149.730</u>	<u>0,013</u>
	<u>1.126.947.767</u>	<u>100,000</u>

Conforme o estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado será destinado para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações. De acordo com a legislação tal remuneração somente será destinada após compensação dos prejuízos acumulados.

17.2 Reservas de capital

O capital próprio aplicado às imobilizações em curso, até o mês de maio de 2001, era remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Esta remuneração foi apropriada no ativo imobilizado em curso e creditada em reserva de capital, tendo sua depreciação iniciada a partir da entrada do bem em operação. Essa prática contábil foi descontinuada no mês de junho de 2001.

17.3 Ações em tesouraria

As ações em tesouraria referem-se ao resgate de ações ordinárias realizado em abril de 2005 de sete ex-acionistas minoritários, que requereram o exercício do direito de sua retirada da Companhia, amparados pelo artigo 137 da Lei n.º. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em decorrência das alterações aprovadas no Estatuto Social em Assembléia-Geral Extraordinária do dia 18 de junho de 2004.

18. SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita relativa a suprimento de energia elétrica é como segue:

	<u>Número de</u>		<u>MWh (*)</u>		<u>R\$</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Suprimento	3	3	2.340.122	2.575.468	174.024	187.414
Contratos bilaterais	2	4	<u>66.194</u>	<u>76.565</u>	<u>5.856</u>	<u>6.090</u>
			<u>2.406.316</u>	<u>2.652.033</u>	<u>179.880</u>	<u>193.504</u>

(*) – não auditado

19. RECEITA OPERACIONAL BRUTA - CONTA CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC E CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE

Refere-se à subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da conta consumo de combustível – CCC e da conta de desenvolvimento energético – CDE, cujos reembolsos foram solicitados à Eletrobrás por conta do consumo de carvão mineral e óleo combustível na produção de energia elétrica.

20. DESPESA COM PESSOAL E COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	<u>Operação</u>		<u>Administração</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Remunerações	20.275	18.562	8.203	6.586
Encargos sociais	8.707	8.058	3.023	3.150
Auxílio alimentação	1.712	1.135	928	727
Convênio assistencial e outros benefícios	1.769	1.663	791	659
Incentivo à aposentadoria	-	-	1.780	966
Provisões (férias, 13.º. salário e encargos e passivo atuarial – Deliberação CVM n.º. 371/2000)	213	(147)	314	511
Administradores	-	-	1.150	979
Programa de Participação nos Resultados	2.228	2.134	850	944
Outros	57	240	148	166
(-) Transferência para imobilizado em curso	-	-	(852)	(927)
Subtotal - despesa de pessoal	34.961	31.645	16.335	13.761
Contribuições ao fundo de pensão	<u>2.095</u>	<u>1.957</u>	<u>769</u>	<u>629</u>
Total	<u>37.056</u>	<u>33.602</u>	<u>17.104</u>	<u>14.390</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Com pessoal e entidade de previdência privada - nota 20	17.104	14.390
Material	574	404
Serviços de terceiros	5.628	4.964
Depreciações	606	566
Taxa de fiscalização da Aneel	880	820
Taxa de administração da CCEE	669	126
Recuperação de despesas	(4.633)	(334)
Publicidade e propaganda	1.640	1.041
Projetos de pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética	888	754
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento	888	747
Contribuição ao Ministério de Minas e Energia	444	349
Outras	<u>2.642</u>	<u>2.338</u>
	<u>27.330</u>	<u>26.165</u>

Compõe a conta de Recuperação de Despesas, entre outros, o valor de R\$ 416 referente a reversão de provisão do exercício anterior para pagamento de participação nos lucros aos empregados (R\$ 218 em 2004), o valor de R\$ 843 referente a reversão de provisão para pagamento de contingências trabalhistas, o valor de R\$ 1.233 referente a reversão de passivo atuarial com o fundo registrado como provisão para contribuição ao fundo de pensão (R\$ 100 em 2004), e o valor de R\$ 1.937 referente a restituição recebida da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de penalidades aplicadas à Companhia por insuficiência de lastro para venda de energia elétrica nos meses de fevereiro e de março de

2004, apontadas nos Termos de Notificação n.ºs. 642, de 31 de março de 2004, e 716, de 3 de maio de 2004, respectivamente.

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho, e observadas as disposições legais, a Companhia constituiu provisão para pagamento de participação dos empregados nos resultados, no valor de R\$ 3.078 (R\$ 3.078 em 2004), a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária – AGO. A provisão foi registrada como custo e despesa operacional em contrapartida de participações nos lucros no passivo circulante.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

23.1 Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei n.º 9.430/1996.

23.2 Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2005 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 166.549 (R\$ 175.672 em 31 de dezembro de 2004) e R\$ 166.754 (R\$ 175.874 em 31 de dezembro de 2004), respectivamente. Em junho de 2002 foi publicada a Instrução CVM n.º. 371 a qual estabeleceu condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conservadoramente, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, totalizando R\$ 41.614 (R\$ 43.894 em 31 de dezembro de 2004) e R\$ 15.008 (R\$ 15.828 em 31 de dezembro de 2004).

23.3 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 é como segue:

	2005		2004	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	31.549	31.549	14.151	14.151
Efeito líquido de provisões temporariamente não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	(1.529)	(1.529)	3.668	3.668
Despesas não dedutíveis	<u>391</u>	<u>380</u>	<u>327</u>	<u>209</u>
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	30.411	30.400	18.146	18.028
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	<u>(9.123)</u>	<u>(9.120)</u>	<u>(5.444)</u>	<u>(5.408)</u>
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após compensações	21.288	21.280	12.702	12.620
Alíquota aplicável	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.322	1.915	3.176	1.136
Efeito do PAT e do adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 20 mensais	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL do exercício	<u>5.229</u>	<u>1.915</u>	<u>3.145</u>	<u>1.136</u>

24. PLANO DE APOSENTADORIA

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE com participação de 3,35% sobre as reservas técnicas do Fundo. O objetivo principal desse patrocínio é a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. A reserva a amortizar corresponde a custo de serviço passado e, de acordo com a Deliberação CVM n.º. 371, de 13 de dezembro de 2000, será amortizada ao longo de 180 meses, a contar de janeiro de 2006, que corresponde ao período remanescente de serviço dos empregados que deverão receber os benefícios do plano.

Em 31 de dezembro de 2005, do total de 584 funcionários (540 em 2004), 308 participam do plano (315 em 2004), tendo contribuído com um total - incluindo contribuição normal e despesa administrativa - de R\$ 1.684 (R\$ 1.588 em 2004), sendo que a Companhia contribuiu com R\$ 2.864 (R\$ 2.586 em 2004), não restando nenhuma obrigação vencida.

O plano de suplementação é do tipo “benefício definido”, com regime financeiro de capitalização, contribuindo a Companhia e o empregado cada um com 8,03% da folha de salários. Adicionalmente, a patrocinadora recolhe mensalmente, a título de “Parcela Amortizante”, o equivalente a 4,78% da folha de salários dos participantes ativos referente a custo de serviço passado. A última revisão atuarial foi procedida por atuário independente, para a data-base de 31 de dezembro de 2005, com a emissão de parecer em 24 de janeiro de 2006, estando demonstrada na seguinte posição:

Descrição	2005		2004	
	Total geral da Fundação Eletroceee	Parte proporcional da Companhia	Total geral da Fundação Eletroceee	Parte proporcional da Companhia
Benefícios concedidos	1.596.124	28.145	1.370.083	20.557
Benefícios a conceder	<u>1.134.726</u>	<u>55.654</u>	<u>1.156.685</u>	<u>50.046</u>
Subtotal	2.730.850	83.799	2.526.768	70.603
Reserva a amortizar	<u>(435.665)</u>	<u>(12.784)</u>	<u>(486.828)</u>	<u>(12.382)</u>
Reservas matemáticas	2.295.185	71.015	2.039.940	58.221
Déficit técnico	<u>378.331</u>	<u>23.155</u>	<u>303.137</u>	<u>19.424</u>
Total das reservas técnicas	<u>2.673.516</u>	<u>94.170</u>	<u>2.343.077</u>	<u>77.645</u>

Em atendimento à Deliberação CVM n.º. 371, a Companhia reconheceu integralmente em dezembro de 2001 o ajuste do passivo atuarial decorrente dos benefícios a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

O estudo atuarial, efetuado por atuário independente para a data-base de 31 de dezembro de 2005, apresentou um passivo líquido de R\$ 17.045 (R\$ 20.909 em 2004), sendo que R\$ 6.724 (R\$ 7.134 em 2004) refere-se à provisão de aposentadoria incentivada naquela data contabilizada pela Companhia conforme mencionado na nota explicativa n.º. 14, e o valor de R\$ 10.321 (R\$ 13.775 em 2004) refere-se a passivo atuarial com o fundo registrado como provisão para contribuição ao fundo de pensão.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	2005	2004
Valor presente da obrigação atuarial	96.730	83.829
Valor justo dos ativos do plano	<u>(94.170)</u>	<u>(77.645)</u>
Obrigações descobertas	2.560	6.184
Ganho atuarial a amortizar	<u>14.485</u>	<u>14.725</u>
Valor da obrigação atuarial líquida	17.045	20.909
Provisão para aposentadoria incentivada	<u>(6.724)</u>	<u>(7.134)</u>
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>10.321</u>	<u>13.775</u>

A movimentação da provisão no trimestre, incluindo a provisão para aposentadoria incentivada, é como segue:

	2005	2004
Passivo líquido no início do exercício	20.909	22.405
Despesa do exercício	4.829	3.553
Reversão provisão contribuição ao fundo de pensão	(3.454)	(175)
Pagamento de contribuições e aposentadoria incentivada	<u>(5.239)</u>	<u>(4.874)</u>
Passivo líquido no final do exercício	<u>17.045</u>	<u>20.909</u>

A despesa do exercício tem a seguinte composição:

	<u>2005</u> <u>Real</u>	<u>2006</u> <u>Estimada</u>
Custo do serviço corrente bruto	(2.492)	(2.629)
Custo dos juros	(7.872)	(9.083)
Retorno dos investimentos	14.426	8.843
Amortização de perdas/ganhos não reconhecidos que excederam ao "corredor"		535
Amortização de serviços passados relativos à obrigação atuarial inicial com direitos vencidos	4.842	
Amortização de serviços passados relativos à obrigação atuarial inicial com direitos a vencer	(7.134)	
Contribuições dos participantes	<u>1.684</u>	<u>1.459</u>
Total da reversão da provisão (despesa) do exercício	<u>3.454</u>	<u>(875)</u>

As principais premissas atuariais utilizadas em 31 de dezembro de 2005 são conforme segue:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 9,39% ao ano (Inflação + 6% ao ano de juros reais);
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 9,39% ao ano (Inflação + 6% ao ano de juros reais);
- Taxa de crescimento salarial: 6,38% ao ano (Inflação + 3,08% ao ano de crescimento real);
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 3,20% ao ano;
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,984 (ou 98,40%);
- Taxa de rotatividade: Considerada nula;
- Tábua Geral de Mortalidade: qx da GAM-83;
- Tábua de entrada em invalidez: ix da LIGHT-MÉDIA;
- Tábua de mortalidade de inválidos: $q_x^i = q_x$ da GAM-71;
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para qx / ix / q_x^i ;
- Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa Patrocinadora.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Operações com derivativos

A Companhia não efetuou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução n.º. 235, de 23 de março de 1995, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

25.2 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A Instrução CVM n.º. 235/95 estabeleceu mecanismos para a divulgação em nota explicativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações contábeis.

Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2005 não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

25.3 Concentração de risco de crédito

A Companhia tem suas vendas concentradas em 3 clientes, onde a relação comercial é mantida através de contratos iniciais assinados com as distribuidoras por um período mínimo de 15 anos. No caso desses consumidores o risco de crédito é mínimo devido às garantias e penalidades previstas em contrato que inibem ou reduzem consideravelmente a inadimplência.

A Companhia não tem créditos cuja liquidação seja duvidosa.

25.4 Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pela Companhia consistem em aquisições de serviços e materiais junto ao fornecedor Alstom Power França, e foram destinadas à manutenção das unidades de produção de Candiota e à aquisição de peças de reposição para as mesmas.

A administração não realizou operações financeiras de "hedge", em função de seu baixo endividamento, e do prazo das operações ser de curto prazo.

26. SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por um montante global de R\$ 990.717. Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vigência	2005		2004	
		Importância segurada	Prêmio Total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Compreensivo empresarial	10/11/2006	23.300	245	209	163
Risco de engenharia	13/06/2006	966.100	5.415	2.305	1.260
Roubo, incêndio e colisão	07/05/2006	<u>1.317</u>	<u>88</u>	<u>19</u>	<u>30</u>
		<u>990.717</u>	<u>5.748</u>	<u>2.533</u>	<u>1.453</u>

27. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

A maior e menor remuneração mensal pagas a empregados foi de R\$ 14.494,92 e R\$ 508,00 respectivamente, tendo-se por base o mês de dezembro de 2005. O maior honorário atribuído a dirigente no exercício de 2005 foi de R\$ 14.427,00.

28. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

28.1 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Nos exercícios de 2005 e de 2004 a Companhia efetuou comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE), conforme a seguir:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Custo</u>		
Energia elétrica comprada para revenda	<u>23.155</u>	<u>25.495</u>

28.2 Leilão de energia elétrica (valores expressos em reais)

Com a desconstrução de energia prevista pela Lei 9.648 de 27 de maio de 1998 a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE. Desta forma a Companhia participou dos leilões promovidos pela CCEE oferecendo os montantes de energia desconstruídos conforme contratos mantidos com as concessionárias.

Através da participação nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, a Companhia obteve os seguintes resultados:

- Abril de 2005 - comercialização de 104 MW médios/ano ao preço de R\$ 83,50/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2008, originando a assinatura de contratos com 34 agentes de distribuição;
- Outubro de 2005 - comercialização de 35 MW médios/ano ao preço de R\$ 91,80/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2008, originando a assinatura de contratos com 17 agentes de distribuição.

Em dezembro de 2005 foi realizado o primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, resultando na comercialização 292 MWh médios/ano, cuja energia será originada a partir da Fase C da Usina Presidente Médici (vide nota explicativa n.º. 29), pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50/MWh. Deste leilão resultará a assinatura de contratos de comercialização de energia com 31 agentes de distribuição, em data a ser definida pela ANEEL.

28.3 Mudanças do Novo Modelo do Setor Elétrico

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º. 5.175, que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, que é presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE são: (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas

de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades e ativos foram absorvidos pela nova CCEE 90 dias após a publicação do Decreto no. 5.177, de 12 de agosto de 2004.

De acordo com o referido decreto, a CCEE é constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL.

A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE é responsável (i) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes da potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE é composta pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos consumidores livres e o seu conselho de administração é composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que é o seu presidente.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004 através do Decreto nº. 5.184, o Governo Federal criou a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

29. CONSTRUÇÃO DA FASE C – PROVIDÊNCIAS PÓS-LEILÃO

A Companhia possui contrato de Engenharia, Compra e Construção (EPC) com o CITIC Construction Co. LTD, empresa sediada na República Popular da China, datado de 15 de dezembro de 2005, onde esta se responsabiliza pela entrega da Fase C da Usina Presidente Médici em operação comercial. O Contrato prevê a conclusão da usina até 31 de dezembro de 2009 e um investimento total projetado de US\$ 427 milhões.

A eficácia deste contrato está vinculada aos seguintes condicionantes a serem atendidos, e respectivas situações:

- Publicação do “Contract Agreement” no Diário Oficial da União – DOU. Publicado em 9 de janeiro de 2006;
- Verificação do Contrato pelos órgãos de controle federais, nos termos do Artigo 32º da Lei 9.074/95. A Companhia encaminhou o referido contrato ao Tribunal de Contas da União – TCU em 3 de fevereiro de 2006;
- Venda de energia, concretizada no leilão ocorrido em 16 de dezembro de 2005, por tarifa adequada aos investimentos e rentabilidade requeridos, conforme nota explicativa nº. 28.2;

- Obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LI). A Companhia está desenvolvendo projeto e pretende complementar essa fase através da entrega de estudos solicitados pelo IBAMA até a primeira semana de março de 2006;
- Assinatura de Contrato de Financiamento para captação de recursos que será feita pela Eletrobrás mediante chamada pública, com recursos a serem repassados à Companhia. A Eletrobrás está conduzindo o assunto, com acompanhamento da administração da Companhia, prevendo-se seu equacionamento antes de junho de 2006.

Também foi contratado, em 15 de dezembro de 2005, o serviço de fiscalização para a etapa de construção junto ao consórcio formado pelas empresas Enerconsult, Ecoplan e Ramos Andrade.

A emissão da Outorga de Autorização do empreendimento pela ANEEL está prevista para 6 de março de 2006.

A Companhia trabalha também para atender as condições que permitirão a assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCCEAR, decorrentes do Leilão, cujo prazo estimado pela ANEEL é de 6 de abril de 2006.

A Companhia, juntamente com a Eletrobrás, vem adotando todas as ações necessárias a assegurar que o empreendimento seja construído no prazo requerido para que a energia seja entregue às Concessionárias Distribuidoras que a adquiriram por intermédio do leilão, a partir de 1 de janeiro de 2010.

30. BENS DA UNIÃO EM REGIME ESPECIAL DE UTILIZAÇÃO

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício n.º. 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda os bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento Usina Termelétrica Candiota III - 350 MW, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial n.º. 19, de 28 de janeiro de 2000.

31. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não possui nenhum contrato de prestação de serviços exceto para serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Presidente

Sereno Chaise
Diretor Financeiro

Carlos Marcelo Cecin
Diretor Técnico

Eduardo Antonio Peters
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci
Contador CRC-RS 46.907